

Brasil paga US\$ 345 milhões de juros amanhã e US\$ 1 bi dia 30

DÍVIDA EXTERNA

O Brasil pagará amanhã um total de US\$ 345 milhões referentes aos juros de março da dívida externa junto aos bancos credores e até o dia 30 pagará mais US\$ 1 bilhão referentes aos juros de abril e maio. A informação foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao anunciar oficialmente o fechamento do acordo com os bancos credores internacionais, que prevê o reescalonamento desta dívida externa do País (US\$ 80 bilhões), vencida e por vencer entre 1987 e 1993 por um período de 20 anos, com 8 de carência. O financiamento dos bancos (dinheiro novo) para o período de 87, 88 e primeiro semestre de 89 foi fixado em US\$ 5,8 bilhões, sendo US\$ 5,2 bilhões referentes às linhas de longo prazo e US\$ 600 milhões para as linhas de curto prazo.

Mailson informou também que o Brasil já está negociando um empréstimo-ponte com países industrializados (como Japão, Canadá e Estados Unidos) para pagar os juros referentes a junho e julho deste ano que correspondem a cerca de US\$ 1 bilhão. O assunto, inclusive, deve ser tratado entre o ministro e as autoridades japonesas, na viagem que fará a Tóquio na próxima semana. Mesmo com o fechamento do acordo e pagamento de juros por parte do Brasil, a primeira parcela de dinheiro novo, no valor de US\$ 4 bilhões, só entrará no País,

provavelmente em outubro. Isso porque a liberação dos recursos depende fundamentalmente da adesão da chamada "massa crítica" (90 a 95% dos 700 bancos credores) ao acordo, com a posterior formalização jurídica dos contratos.

Moratória

Apesar do fechamento das negociações, com os bancos credores, Mailson da Nóbrega, afirmou que o Brasil, oficialmente, ainda não saiu da moratória, o que ocorrerá somente "nos próximos meses", após a revogação da resolução 263 do Banco Central, com a qual o País decretou em 20 de fevereiro do ano passado a suspensão do pagamento dos juros. De acordo com o ministro o fim da moratória dependerá exatamente da adesão da massa crítica e de outras conveniências ligadas às duas partes.

Os US\$ 5,8 bilhões em dinheiro novo ingressarão no País através de diversos mecanismos: US\$ 4 bilhões virão de empréstimos paralelos; US\$ 1 bilhão de bônus para recursos novos; US\$ 250 milhões referentes a co-financiamento com empréstimos do Banco Mundial (Bird) e US\$ 600 milhões, também do Bird, referentes a uma linha comercial nova para o financiamento de importações e exportações brasileiras de médio prazo. Estes últimos recursos só poderão ser utilizados após o período de um ano.

Quanto aos US\$ 1 bilhão, relativos aos juros de abril e maio, que serão pagos pelo Brasil até o dia 30 de junho, cerca de 30% (US\$ 300 milhões) virão dos próprios bancos e o restante (US\$ 700 milhões) referentes a co-financiamento com empréstimos cambiais brasileiros. Por isso é que para pagar os juros de junho e julho o País terá que recorrer a um empréstimo-ponte, que está sendo solicitado a governos de países desenvolvidos.

"Este foi o melhor acordo fechado pelo Brasil com os credores de 1982 para cá. Foi também o maior acordo financeiro da história do País, envolvendo cerca de US\$ 80 bilhões". Desta forma, Mailson manifestou-se durante o anúncio da formalização do acordo com os bancos credores. O anúncio foi feito simultaneamente em Brasília e Nova Iorque, através de comunicados distintos.

Acompanhado pelos negociadores brasileiros (Antônio de Pádua Seixas, diretor da dívida externa do Banco Central; e Sérgio Amaral, assessor para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda), Mailson afirmou que a importância do acordo está principalmente na inovação, sendo que ele inclui pontos e novos conceitos nunca antes obtidos, como por exemplo a desvinculação dos desembolsos dos bancos com os desembolsos do Fundo Monetário Internacional (FMI).